

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL  
NA ESCOLA - EPPIR

HELOISA CHRISTIANE XAVIER

**Currículo e Formação Docente na Superação das  
Desigualdades Raciais**

Belo Horizonte

2016

Heloisa Christiane Xavier

## **Currículo e Formação Docente na Superação das Desigualdades Raciais**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Michele Lopes da Silva Alves

Belo Horizonte

2016

Heloisa Christiane Xavier

## **Currículo e Formação Docente na Superação das Desigualdades Raciais**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Aprovado em 09 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Mestre Michele Lopes da Silva Alves– Faculdade de Educação da UFMG

---

Professora Doutora Shirley Aparecida Miranda- Faculdade de Educação da UFMG

## SUMÁRIO

<b>FICHA CATALOGRÁFICA .....</b>	<b>5</b>
<b>1. Resumo.....</b>	<b>6</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>7</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>2. Sobre a escola de atuação e desenvolvimento da Prática Pedagógica:</b>	<b>11</b>
<b>3. O currículo escolar na promoção da (des) igualdade racial .....</b>	<b>18</b>
<b>4. Repensando o currículo escolar no contexto da diversidade racial..</b>	<b>20</b>
<b>4.1. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.....</b>	<b>21</b>
<b>5. O docente na desconstrução do racismo histórico.....</b>	<b>25</b>
<b>6. O livro didático como instrumento transformador .....</b>	<b>28</b>
<b>7. Considerações finais: .....</b>	<b>29</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>31</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>33</b>

# FICHA CATALOGRÁFICA

Xavier, Heloísa

Currículo e Formação Docente na Superação das Desigualdade Sociais – Belo Horizonte, 2016

Orientadora: Michele Lopes da Silva Alves

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Promoção a Igualdade Racial nas Escola) –Faculdade de Educação -Universidade Federal de Minas Gerais – (UFMG).

1. Pertencimento Étnico. 2. Desigualdade Racial. 3. O Papel da Escola na Diversidade Étnica. I. Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais - UFMGII. Título.

# 1. Resumo

O presente trabalho é a culminância do curso de pós-graduação Promoção da Igualdade Racial nas Escolas, ministrado no período de agosto de 2014 a novembro de 2015, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ele se inscreve como mais uma tentativa, entre muitas que vêm surgindo no cenário educacional brasileiro, de encontrar respostas para questões novas e instigantes, como são as relações de raça e suas implicações dentro dos muros das instituições escolar. Perspectiva educacional essa a partir dos novos desafios lançados ao para o fazer pedagógico, pelas políticas afirmativas brasileiras, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela lei nº 10.639/03, Educação Antirracista. Este trabalho busca entender os processos de mudança pelos quais vem passando a educação no Brasil, a partir de um olhar memorialístico, singular e profissional, sobre as próprias vivências da educadora, primeiramente enquanto aluna e, posteriormente, como professora, diante dos desafios de práticas pedagógicas de promoção das relações étnico-raciais. Compreender tais mudanças e desafios se fazem pertinentes, compreendendo também os contextos históricos e os agentes sociais que, na linha do tempo, configuram as relações étnico-raciais neste campo, quer seja o campo da produção, da veiculação e da troca de saberes acadêmicos.

**Palavras-chaves:** raça, educação, instituições escolares, mudança, saberes acadêmicos.

## **Conceitos:**

**Racismo:** é um preconceito associado às raças, às etnias ou às características físicas; visto que as pessoas denominadas racistas se baseiam na ideologia da superioridade.

**Mito da Discriminação racial:** pode ser compreendido como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento.

## **ABSTRACT**

This work is the culmination of the postgraduate course Promotion of Racial Equality in Schools, taught from August 2014 to November 2015, the Federal University of Minas Gerais (UFMG). He enrolls as another attempt among many that have emerged in the Brazilian educational scenario, to find answers to new and provocative questions, as is the relationship of race and its implications within the walls of the school institutions. educational perspective that from the new challenges posed to for the pedagogical, the Brazilian affirmative action policies, such as the Law of Guidelines and Bases of National Education and the Law 10.639 / 03, anti-racist education. This paper seeks to understand the processes of change in which is undergoing education in Brazil, from a memorialistic, unique and professional look on their own experiences of the educator, first as a student and later as a teacher, to the challenges of practices pedagogical promotion of ethnic and race relations. Understanding these changes and challenges are relevant, also comprising the historical contexts and social agents in the timeline, configure the ethnic-racial relations in this field, whether the field of production, placement and exchange of academic knowledge.

Keywords: race, education, educational institutions, change, academic knowledge.

concepts:

Racism: is a bias associated with the races, to ethnic or physical characteristics; as people called racists are based on the ideology of superiority.

Myth of racial discrimination: can be understood as an ideological current that seeks to deny racial inequality between whites and blacks in Brazil as a result of racism, saying that exists between these two racial groups a situation of equality of opportunity and treatment.

*“Ser humano é a partir do momento que você aceita a diferença do outro.*

*É respeitar aquele no qual, você insiste em perseguir por ser diferente, ser humano é se livrar do “preconceito”.”*

**Rosa Maria de Oliveira**



## Introdução

Minha vida escolar se deu em escola pública, na cidade de Londrina, no Estado do Paraná. Fiz a graduação em Educação Física na Universidade Estadual de Londrina e comecei a trabalhar em escolas em 1998. Sempre gostei da área de educação, e por isso busquei fazer parte da escola como um todo, preocupada com a aprendizagem não somente do conteúdo específico de Educação Física, como também dos valores éticos que cabem ao professor transmitir e que serão observados e refletidos pelos alunos. Assim refletindo, sempre notei a falta da discussão, no âmbito escolar, sobre as questões inerentes às diversidades, direitos humanos e cidadania, contextos considerados menos relevantes nas propostas educacionais.

A minha formação acadêmica foi insuficiente no sentido de compreender a prática pedagógica na escola. Ofereceu-me subsídios tecnicistas, fundamentados nas práticas esportivas e na competição, na prática do jogo pelo jogo, não levando em conta o ser humano que está em formação. Diante desta defasagem busquei outros estudos e formações que proporcionassem compreensão das pessoas em suas dimensões humanas, para que pudesse aprimorar meus fazer docente. Assim cheguei no curso EPPIR.

Trabalho na Escola Municipal Vereador Benedito Batista, no município de Contagem, Estado de Minas Gerais, com alunos do ensino fundamental, de classe média baixa. O grupo de alunos apresenta uma rica diversidade. O fato de a temática africana ter sido pouco estudada em minha trajetória estudantil, tanto no período escolar, como na universidade, fez despertar em mim o interesse em aprofundar o entendimento da questão étnico-racial no campo educacional.

Diante desse cenário, que apresenta um quadro multicultural de pessoas, com característica diferente, com suas particularidades importantes e que não se reconhecem no padrão imposto pela sociedade, fui motivada a melhorar a minha formação.

Até o início do curso de aperfeiçoamento, EPPIR, o que eu sabia sobre o tema, era fruto das histórias vividas e refletidas por mim. Experiências essas vividas no estado do Paraná, até os meus 28 anos e, posteriormente no estado de Minas Gerais.

No estado do Paraná, lembro-me de uma experiência em que uma criança não se sentou próxima das duas únicas crianças negras da turma e ainda as chamou de “negras” de forma pejorativa. Essa situação me incomodou e me fez intervir, sentando-me ao lado delas, demonstrando o respeito e aceitação que eu realmente sentia. Mas hoje compreendo que,

naquela época, não tinha a visão sobre as relações étnico-raciais construídas como atualmente as compreendo, como uma dinâmica complexa e nem sempre isenta de conflitos....

Ao chegar a Minas Gerais, tive já uma recepção diferenciada e valorizada, pelo fato de ter o fenótipo europeu, pele branca, cabelos lisos e olhos claros. Esta ocorrência contribuiu para minha reflexão sobre a temática. No Sul, pela prevalência da colonização europeia, quase não convivi com pessoas negras, que se concentravam nas regiões mais pobres, longe dos centros acadêmicos. Nos poucos negros com que convivi, percebia claramente, neles próprios, um sentimento de exclusão. Com o desenrolar do curso e a pluralidade de características físicas trazidas pelas miscigenações, fato histórico nesta região do país, meu olhar tornou - se mais abrangente para as questões étnico-raciais.

Ao ingressar no curso de especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial Nas Escolas, elegi como ponto de partida a responsabilidade social, uma vez que se faz necessário, a todos os agentes envolvidos na educação escolar, um olhar de reconhecimento e valorização, tanto das semelhanças quanto das diferenças étnico raciais, como fator imprescindível para qualquer projeto educativo e social que vise uma educação justa, democrática e igualitária. Esta é a premissa apresentada pelo curso.

O curso de EPPIR desenvolveu-se no período de agosto de 2014 a novembro 2015, tendo como objetivo principal realizar um processo de Formação Continuada, voltada a professoras e professores da Educação Básica, de diferentes cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O objeto de estudo do curso é a Promoção da Igualdade Racial, na busca de contribuir para a construção de alternativas políticas e pedagógicas que promovam, no contexto escolar, a compreensão e o enfrentamento das discriminações e desigualdades étnico-raciais no Brasil.

## 2. Sobre a escola de atuação e desenvolvimento da Prática Pedagógica:

A escola é um espaço público que é direito de todos, assegurado pela constituição federal, o que garantiu ao negro o acesso a este espaço de conhecimento privilegiado. Mas não basta a presença física dos negros na escola. O que constatamos na realidade é um tratamento diferenciado para brancos e negros que pode ser comprovado nas mais diferentes situações escolares, entre alunos negros e seus pares, entre professores e alunos. Podemos perceber discriminação verbal, grupal, discriminações silenciosas, mas facilmente percebíveis, que são empecilhos à efetiva apropriação do conhecimento acadêmico pelo estudante negro, que passa a ser, muitas vezes, um mero frequentador da escola, alijado do processo dinâmico da aprendizagem.

Vejamos o episódio que ilustra bem as questões acima citadas: Brito (1997) conta a seguinte história, acontecida numa escola de rede pública de Belo Horizonte, em 1997.

Professora planejando as atividades da Semana Santa perguntas aos alunos: Vamos fazer um teatro sobre a paixão de Jesus Cristo. Para tal, precisamos de um aluno que se disponha a fazer o papel de Jesus. Quem topa? A. A. B., criança negra, extrovertida, responde: Eu topo. Silêncio absoluto. Ninguém diz nada, nem as outras crianças brancas, nem a professora. Após cinco segundos é o A. quem quebra o silêncio: Pode deixar, não quero mais não!! A professora contou o episódio para a vice-diretora pedindo que não comentasse o ocorrido com os pais do aluno, pois a mesma afirma ter ficado desarmada, sem saber o que falar. (ROMÃO, 2005:38):

Quando saímos da graduação, ingressamos na escola com várias expectativas, acreditando que está se concretizará como um espaço diferenciado, propício para enfrentamento das diversas distorções sociais, tais como o racismo; um espaço democrático, em que a diversidade seja respeitada, em que o conhecimento não seja apenas repassado, transferido, e sim, que seja um conhecimento construído, que faça enxergar a realidade, que propicie a reflexão cidadã.

No entanto, nos confrontamos com uma realidade escolar desconectada com o que aprendemos. Apesar dos sonhos, expectativas, ideais, com o tempo, acabamos por participar também dessa engrenagem antiga, distorcida, e contribuímos pouco para a construção de novas maneiras de pensar, tão necessárias no ambiente formador que é a escola.

Segundo Pereira (2005, pág. 37):

Como falar, então, de avanços significativos na educação, se conteúdos e procedimentos didáticos ainda se encontra impermeáveis a essa temática, a maioria dos agentes educacionais insiste em permanecerem cegos, surdos e mudos à exuberante diversidade de sua clientela, e culpando a grande maioria por não se encaixar nos padrões cognitivos, afetivos, estéticos e comportamentais requeridos?

Trabalhar as questões raciais na escola não seria apenas um conteúdo a ser repassado. O professor, comprometido e responsável com suas atribuições, sobretudo os da educação pública, não atua de forma aleatória, necessita possuir uma postura política, que muitas vezes é vista como idealista, sonhadora e visionária. Mas, de alguém que sabe por que atua na educação e a importância do comprometimento social da escola, o educador deve conhecer o universo complexo das relações étnico raciais.

Segundo Gomes 2012:104)

... a presença da cultura na escola e na sala de aula não se manifesta somente de forma imaterial nem é um tema capaz de homogeneizar tudo e todos. Pelo contrário, ela é descontínua, conflituosa e tensa e se materializa por meio de gestos, palavras e ações, muitas vezes, intencionais. Na escola, no currículo e na sala de aula, convivem de maneira tensa valores, ideologias, símbolos, interpretações, vivências e preconceitos.

Nesse cenário os professores silenciam nas salas de aula, pois sofreram o processo de assimilação de uma ideologia superior, imposta no âmbito escolar, já que quando eram educando, foram cercados pelo racismo ambíguo brasileiro e pelo mito da democracia racial. Isso me conduziu a algumas indagações:

Como trabalhar as questões raciais na escola? Como posso contribuir para mudar essa realidade? Que estratégia usar para que os alunos compreendam que suas posturas, estão agredindo eles mesmos quando tiram o direito do outro de ser outro, não reconhecendo a suas diferenças como sendo a sua própria identidade, o que me faz refletir no trecho citado por Gomes 2012:99)

“Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e exigem propostas emancipatórias. Quais são as respostas epistemológicas do campo da educação a esse movimento?”

A escola como instituição educacional deve se preocupar com estratégias educacionais para efetivação da formação do indivíduo, de forma integral, com o objetivo de formar pessoas atuantes e uma sociedade mais justa e democrática. E, para tanto, o quadro de

docentes necessita estar também preparado buscando formações e informações que lhe proporcione avançar em seus saberes e reflexões, sobretudo no que diz respeito nas relações étnico raciais.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais:

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismo de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitam as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para ampliação da cidadania de um povo. (2004, pág. 7)

É dentro desse pressuposto que as escolas devem embasar as práticas pedagógicas. Entretanto, a realidade demonstra uma desigualdade social de cunho racial.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), constata que existe uma disparidade na educação entre a população negra comparada com a população branca: uma porcentagem maior de jovens brancos consegue concluir o Ensino Médio em relação aos jovens negros. Isso ocorre devido a um processo histórico que não foi incluído na agenda política pública estratégias específicas, reparadoras, que pudessem romper com a desigualdade racial e social instituídas, conforme Jaccoud (2002:34):

Seria plausível considerar a hipótese de que as diferenças raciais refletem uma discriminação ocorrida no passado: alunos negros seriam oriundos de famílias com pais com níveis de instruções menores que os pais dos alunos brancos, o que condicionaria seu desempenho na escola.

Esse processo histórico de descaso com a população negra fortalece uma construção do imaginário brasileiro sobre o conceito de raça, uma construção social que classifica o indivíduo por suas características físicas (fenótipo) - cor da pele, textura do cabelo, cor dos olhos, entre outras -, que tem produzido e reproduzido um conceito distorcido e, muitas vezes, desumano sobre o negro. Isso tem ocorrido por meio de estereótipos, que pressupõem comportamentos negativos por parte dos indivíduos negros. Generalizados como inferiores, preguiçosos, não inteligentes, sofrem com a invisibilidade das identidades.

Tal concepção de raça prejudica a população negra, que encontra dificuldades em reconhecer-se como povo, detentor de cultura e identidade próprias, em um mundo que realça as características físicas dos brancos como normais e ideais, afetando crianças, mulheres e jovens negros em sua autoestima. Tudo isso é frequentemente reforçado no contexto escolar, no qual atitudes racistas e práticas discriminatórias se reproduzem. Não é surpreendente que

este contexto dramático exerça forte influência sobre a autoestima dos estudantes negros, desmotivando-os a frequentar a escola.

Apesar da conquista dos movimentos sociais, especificamente, do movimento negro, a Lei nº. 10.639/03, a qual altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96), e entre outros, inclui o ensino obrigatório da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no currículo escolar dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Foi um grande e importante passo para a educação, porém a sua aplicabilidade pelos profissionais da área precisa passar a ser revista, através de capacitação, por exemplo, segundo Abramowich & Gomes (2010:63):

(...) faltam trabalhos que tenham como objetivo conhecer como essas ações têm interferido na mudança das práticas pedagógicas e se essas tem possibilitado uma interpretação mais crítica dos docentes diante da questão racial na sociedade e na escola e produzido subjetividades inconformistas diante da questão racial, do racismo, do preconceito e da discriminação racial entre os docentes e alunos.

Mesmo que tenham ocorrido mudanças na minha formação durante o curso EPPIR, as reflexões sobre valores, crenças e condutas foram fundamentais para minha compreensão das desigualdades raciais, mas ainda me vi de mão atadas e perdida em lidar com a dura realidade da “naturalização” do racismo, no contexto escolar sobre tudo, as formações são valiosas para modificar a prática docente, levando-nos a repensar nossa postura e valores em relação as questões étnico-raciais.

Tive dificuldade ao realizar uma atividade proposta pelo curso EPPIR. Essa atividade consistia em uma roda de conversa com estudantes da escola, cursando o 9º ano do Ensino Fundamental. Os estudantes da turma mostravam, em sua maioria, desinteresse pelas atividades escolares. As características físicas revelavam fenótipo negro. Na roda de conversa, os estudantes foram convidados a falar sobre as suas experiências escolares relacionadas ao pertencimento étnico-racial, a partir do seguinte questionamento que lhes foi colocado: “como é ser negro, branco, indígena na escola?”

Diante dessa atividade, não consegui reelaborar questionamentos acerca das falas dos estudantes, para uma reflexão que os levassem a indagações sobre o conhecimento deles acerca de suas etnias ou entendimento de raça e o pertencimento a essa.

Segundo Munanga & Gomes (2006:174):

O significado de raça no campo das ciências naturais, trata-se de um conceito utilizado para definir classes de animais que têm origem em um tronco comum, com características e potencialidades físicas específicas e relativas a cada raça” ou seja é uma análise biológica das estruturas dos animais

encontrados, que determinava sua classificação taxonômica. Porém, a genética começou a modificar a forma como a taxonomia (ciência que estuda a classificação dos animais) define o lugar de cada animal na árvore da vida.

Pois, ao longo da história, sua interpretação errônea sobre esse tema “raça”, fez com que pessoas acreditassem que as diferenças não seriam apenas variações mas implicariam em classificações, como boas ou ruins, melhores ou piores, superiores ou inferiores, causando discriminação, exploração e atrocidades entre as diversas etnias. A partir desta concepção, podemos perceber que o significado de raça é, na realidade, uma construção social, política e cultural produzida no interior das relações sociais e de poder.

O conceito específico da área das ciências naturais foi transposto para área de humanas estabelecendo um outro conceito, equivocado, segundo o qual homens e mulheres são vistos e classificados como animais “racionais”. Talvez esta apropriação indevida venha justificar a desigualdade causada, em aspecto econômico e cultural, à diferença de cada povo e sobre tudo, à sua singularidade.

Outro conceito construído socialmente e culturalmente é o de etnia, que atualmente é usado juntamente com o de raça para tratar das diferenças e especificidades dos povos de diferentes lugares e culturas, o que chamamos de étnico-racial. O conceito etnia surge quebrando a visão biológica que constrói na mente das pessoas uma hierarquia de valores humanos e culturais, que determinariam, por exemplo, quem é superior e inferior, estabelecendo graus de importância, valores e grandezas às diferenças fisiológicas.

Esta diferenciação ocorre em função de aspectos culturais, históricos, linguísticos, raciais (fenótipos), artísticos e religiosos. Reconhece-se as diferenças como diversidade cultural, diferenças físicas, ou seja fenotípicas, que são herdadas pelos seus ancestrais, mas não implicam em superioridade pelas diferenças que os seres humanos apresentam em suas características e dimensões biológicas, ou seja, os genótipo características herdadas pelos genes maternal e paternal que foram constatadas em pesquisas, apresenta diferenças como tão pequenas que se tornam insignificantes para entendimento social e cultural das pessoas e suas origens.

Essa visão biológica atrapalhou a minha condução da discussão sobre o tema do pertencimento étnico-racial, no que diz respeito à cultura e à origem ancestral, na turma-referência de 9º ano. Os estudantes se posicionaram aceitando de forma cabal a desigualdade social como proveniente do fato de se possuir ou não dinheiro e status social, dizendo que não havia racismo. Fiquei de tal modo estarecida e chocada que minha indignação gerou em mim um bloqueio, uma incapacidade de raciocínio rápido que me possibilitasse problematizar, questionar o ponto de vista dos alunos e leva-los a refletir se suas premissas eram, de fato,

viáveis ou não para o entendimento da questão do pertencimento racial. Fui derrotada pelo racismo estrutural, mental, social e cultural, o qual os estudantes haviam herdado e aprendido de suas famílias, grupos sociais e estabelecimentos de ensino, um racismo que age de forma poderosa embora nem sempre perceptível. Fui amarrada e silenciada pelo racismo sobre o qual tanto havia refletido e para o qual procurava meio de superação em minha prática pedagógica, refletindo sobre a formação docente, na minha própria formação e no quanto era necessário investir mais ainda na capacitação de professores no que tange as questões das relações raciais, do racismo e das discriminações em curso tais como EPPIR.

Ao invés de provocar mudanças e reflexões, tais argumentos dos estudantes foram fortalecendo o pensamento geral da não-existência do racismo. Eles disseram ainda que o tema “racismo” estava sendo utilizado pelas mídias de forma oportunista.

Fortalecido, assim, uns aos outros com depoimentos que reiteravam tal afirmação, dizendo que o tema racismo estava sendo utilizado de forma oportunista e a televisão aproveitava-se desta situação.

Percebi que esta turma aceitava as desigualdades sociais como algo normal em seu dia-a-dia. Os alunos não se reconheciam como participantes de algum grupo étnico ou racial, no contexto brasileiro, nem percebiam que portavam valores culturais e sofriam, marcadamente, a influência de ideias racistas que eram assimiladas no imaginário social e que acabavam influenciando o processo deles, estudantes, de construção de identidade étnica.

Não tive clareza em como retomar as falas dos estudantes e guiá-los a uma reflexão sobre a formação da identidade étnico racial, bem como em refletir sobre processo de formação da identidade deles e da minha própria enquanto professora e no quanto tudo isso pode influenciar no ensino/aprendizado.

Eles estão conectados à tecnologia e atrelados ao consumismo, não enxergando os preconceitos e racismo vivenciados por eles no cotidiano, como, por exemplo, as brincadeiras e chacotas direcionadas aos negros, proferidas por eles, que os desqualificam moral e fisicamente resultando em vários tipos de violência, de cunho físico e psicológico, entre seus pares e demais pessoas do ciclo de convivência. As referências continuam sendo o modelo europeu que vem atravessado séculos da história brasileira, do descobrimento até os dias atuais em maior ou menor grau.

Essas ideologias, visões, percepções, ações e relações preconceituosas e discriminatórias, fizeram naturalizar o racismo aceitando como normalidade os papéis e lugares inferiores definidos para os negros na sociedade.



Segundo DCN (2004:15)

“Para ter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalinhando o processo pedagógico.”

Para isso, professores e gestores escolares necessitam de formações que viabilizem o pensar, o refletir e o agir para provocar transformações tanto nos estudantes, nas famílias, na comunidade escolar, quanto em nós mesmos, profissionais da educação. A proposta política necessita rever seu currículo e suas intenções sócio educacionais.

### 3. O currículo escolar na promoção da (des) igualdade racial

As recentes políticas públicas, as novas leis e a militância negra esperam que valorizar a cultura e a história afro-brasileiras seja uma forma eficaz de enfrentamento e de combate ao racismo. Mas as práticas curriculares que decorrem da lei e buscam contemplá-la, no que tange à sua efetivação e aplicabilidade no contexto escolar, não atingem tais objetivos com facilidade e nem sem atravessar situações e conjunturas de conflito.

A perspectiva multicultural pode ser encarada como um fruto de debate sobre as relações raciais no mundo globalizado. Segundo os referidos autores, “o multiculturalismo teve início em países nos quais a diversidade cultural é vista como um problema para a construção da unidade social”.

Trata-se de grupos atuantes historicamente nos espaços públicos por reconhecimento de identidade, reivindicando justiça social e efetivação da cidadania plural.

O currículo é uma forma de estratégia e aplicabilidade para a promoção da igualdade racial. Nas minhas experiências como professora, percebo como as questões raciais precisam ser trabalhadas e a necessidade de mecanismo de combate ao preconceito e discriminação raciais ao nível de socialização são tão urgentes para a superação do problema.

Deve-se ter uma maior atenção sobre o processo educativo que desenvolve na escola, pois é no decorrer deste que se fortalece a concepção falsa sobre o negro, internalizada por grupos étnicos, atrapalhando a construção da sua identidade positiva, a qual poderia contribuir para superar as concepções negativas, elaboradas historicamente pelos grupos brancos dominantes.

Indicativos demonstram que há maior número de brancos empregados do que negros, os negros possuem maior percentual de analfabetos, o índice de exclusão e de repetência dos negros são superiores aos brancos, as crianças negras que permanecem na escola sofrem constantemente com o racismo velado em um mundo que valoriza o padrão europeu. Sua trajetória é irregular por maior número de essa diferença aumenta como aumento da idade.

A um olhar e um tratamento diferenciado dos professores para os alunos pobres que historicamente a maioria são negros de famílias que foram marcadas, também, pelo racismo. O professor tem a formação pedagógica que exclui a luta dos negros em relação ao racismo impõe um ideal de ego branco, folcloriza a cultura negra, no discurso propaga igualdade entre as crianças.

A escola não tem um enfoque de contribuir na identidade racial, além disso, reforça de forma negativa alguns estereótipos que prejudicam o processo socializador.

Nesse quadro as crianças vêm substituindo a “casa” pela “rua” pois são pertencentes a camadas mais carentes e desestruturadas afetadas pela organização econômica apresentando dificuldade de socialização primária e são constantemente acuadas pelo preconceito e discriminação raciais. Tratadas como se essas crianças tivesse um potencial seguro para delinquência a presença e atitudes delas acabam por reforçar o estigma racial

#### **4. Repensando o currículo escolar no contexto da diversidade racial**

A luta dos negros existe desde sempre: desde a sobrevivência nos navios, na difícil travessia do Atlântico; no sincretismo religioso da aparente aceitação da religião católica, de seus dogmas e preceitos, para evitar o embate desnecessário e suicida com seus senhores, resguardando-se para possíveis outras batalhas, para as quais se preparavam "dançando" a capoeira, forma elaborada de enfrentamento disfarçada em inocente dança; no agrupamento organizacional sofisticado dos quilombos, etc.

Mas, no contexto educacional brasileiro, o conhecimento da resistência negra, forte e presente, sempre, ao longo dos séculos, desdobrando-se para atender às mais diferentes demandas desta população de negros e pardos, alijada de direitos, não é reconhecida. Não é nem mesmo conhecida. Persistem ainda as visões sobre a história e conquistas dos negros como sendo história e conquistas inferiores em relação à trajetória de outros grupos, notadamente o do branco europeu colonizador. Uma ideia de passividade, em casos mais agudos, mesmo de boçalidade, paira sobre o negro e sua marcha histórica o que permite, por exemplo, pensar na abolição da escravatura no Brasil como um simples e abnegado gesto de uma princesa bondosa, para com um povo sem espinha dorsal que se curvara passivamente à escravidão e agora aceitava, sem esforço próprio, sua libertação. As lutas entre diferentes etnias e todo o processo histórico que culminou na possibilidade de escravização dos africanos não é conhecida. Constrói-se a ideia equivocada de que a escravidão destes indivíduos foi processo pacífico, tamanha a passividade atribuída ao negro. Os movimentos de resistência e luta do negro em solo brasileiro parecem não existir. O povo negro, agradecido, recebe sua libertação das mãos generosas de um membro da classe dominante, para melhor fantasiar, de uma princesa...

É claro que muito já se avançou em relação ao que era ensinado nas aulas de História nas décadas de 60, 70, por exemplo, para os dias de hoje. As lutas da militância negra, as lutas pessoais de cada indivíduo portador desta singularidade, que é a identidade negra, trouxeram suas conquistas: as cotas raciais, a criminalização do racismo, a inclusão de indivíduos negros na propaganda midiática, entre outros. E, naquilo que tange a nós, educadores, pela sua especificidade, traduz-se, também, na Lei 10.639/030:

Segundo Gomes, (2012:24)

Portanto, a adoção da Lei esua concretização em práticas pedagógicas baseadas na educação para (e na) diversidade demandam a reorganização desse lócus numa perspectiva emancipatória, a revisão da cultura escolar, de currículos, de práticas pedagógicas e de relações sociais entre os envolvidos nesse processo, enfatizando a especificidade do segmento negro da população.

#### **4.1. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Esta Lei, como muitas Leis, percorre um caminho lento, tortuoso para fazer a diferença entre o papel e o concreto da vida das pessoas. Este processo ainda não se consolidou, mas está em andamento.

Um dos desdobramentos desta Lei se dá no âmbito para o qual ela foi criada que é o do ambiente escolar como um todo e mais precisamente no contexto da sala de aula, onde os sujeitos educacionais se deparam com o estudo sistematizado de um novo olhar sobre a história brasileira, não mais sob a ótica tão somente dos grupos dominantes mas também com a visão de quem pertence a outros espaços sociais e outros ordenamentos culturais: os brasileiros com ascendência africana, pertencentes a classes sociais não-privilegiadas.

Na Escola Municipal Vereador Benedito Batista está sendo possível acompanhar este processo feito de avanços e recuos que é o da transposição da Lei no papel, letra fria, para a dinâmica das relações entre os sujeitos sociais, dentro dos muros da escola e na sala de aula.

O primeiro movimento articulado, que buscava notadamente cumprir os dispositivos da Lei 10.639/03 foi a promoção de quatro encontros do corpo docente da escola como um escritor e professor angolano, na época, residente em Belo Horizonte, no ano de 2010.

Na ocasião, buscou-se iniciar discussões e reflexões sobre a temática negra, estabelecendo contrapontos entre o que é ser negro no Brasil e suas diferenças em relação a esta mesma condição, em países africanos de maioria negra, países nos quais ser negro é origem e não fruto da diáspora.

Tanto no Brasil como em muitos países africanos, a colonização provocou o desmantelamento da identidade dos povos negros. Aqui, misturando etnias como costumes e línguas diferentes, etnias que, muitas vezes, eram rivais seculares, através da compra aleatória dos escravos pela elite dominante. Lá, através da repartição do território africano, repartição das "fatias do bolo", entre as potências europeias que disputavam a hegemonia política e econômica no Imperialismo do Séc. XIX. Esta reconfiguração do território africano, também não levava em conta, por não considerá-los sujeitos de direito, os indivíduos que ali habitavam, pertencentes a várias etnias e diferentes configurações tribais.

Estas e outras considerações foram um passo importante para encaminhar a escola para um novo olhar sobre a complexidade das questões negras. Porém, não foram suficientes para alterar as relações entre os sujeitos da aprendizagem (professores e alunos) com a problemática negra de forma sistematizada, levando os professores a repensar o currículo e a prática pedagógica em função deste novo olhar recém construído.

Mesmo assim, a partir daí algumas ações pontuais foram levadas a cabo, isoladamente e esporadicamente, por alguns professores.

No ano de 2015, a professora de Língua Portuguesa, trabalhando com alunos dos 7º anos do turno da manhã e dos 6º anos do turno da tarde, priorizou ao longo de todo o ano letivo, livros de literatura que abordavam questões étnico raciais. O acervo da biblioteca da escola contém número razoável de exemplares sobre o tema. Também desenvolveu trabalhos de campo levando os alunos ao Memorial Minas Gerais Vale no programa “Percursos da Memória”, buscando o viés da africanidade, conforme Figuras 1, 2, 3 e 4 do Anexo.

Ao final de 2015, a referida professora já havia agrupado um farto material produzido ao longo do ano com os alunos e desejava uma culminância para o trabalho realizado.

A Feira de Cultura que acontece anualmente na escola seria realizada e o coletivo de professores, do qual faziam parte alguns profissionais que participavam do curso de aperfeiçoamento EPPIR, deliberou então eleger a “cultura negra” como temática única, aproveitando os movimentos já em andamento. A mostra ficou bonita, diversificada e bem organizada e foi muito elogiada. Mas ainda era uma intervenção pontual na abordagem das questões negras.

Ainda era uma apresentação destas questões dentro de um contexto de festividade e não de reflexão. Era mais uma folclorização, na escola, da cultura negra.

Assim, em 2016 está em andamento o projeto “Promoção à Igualdade Racial”. Esse projeto foi pensado e está sendo construído como forma de sistematizar e não mais somente pontuar as questões raciais. Ele é fruto de toda esta longa trajetória que, primeiramente, teve início fora dos muros da escola, surgindo das lutas dos negros ao longo da história e, configurando-se posteriormente como fruto do processo gradual pelo qual a Escola Municipal Vereador Benedito Batista passou e vem passando, na busca de reflexões sobre o tema e na adequação de estratégias em sala de aula e programas desta instituição de ensino para o enfrentamento das questões da igualdade racial.

Podemos perceber na análise de todo o processo de construção deste conhecimento novo, que é o das relações inter-raciais e seus múltiplos desdobramentos a partir dos movimentos iniciados pela direção e pelo coletivo de professores da Escola Municipal Vereador Benedito Batista, que se trata de um processo nem sempre fácil, que vai se consolidando lentamente, com idas e vindas mas que emerge sim, em configurações como a que se deu na escola, por ocasião da Feira de Cultura: professores de diferentes disciplinas, já de uma maneira ou de outra, inseridos neste processo investigativo, mas que trabalhavam sós, isolados em suas dúvidas e tentativas, encontraram-se e aquilo que antes era uma ação individual, torna-se coletiva e assim vão se fechando fendas e criando redes...

Em nossa escola, como em outras escolas e demais instâncias da área da educação, passos estão sendo dados no intuito de fomentar novos questionamento, esclarecer pontos de

vista equivocados e contribuir efetivamente para a promoção da igualdade racial em nossa sociedade.

Mas não há ilusões em relação ao tamanho da tarefa transformadora que apenas se iniciou. Se compararmos, na linha do tempo, os séculos de discriminação racial dos negros com as décadas de luta em prol da reversão deste status quo, vemos que tal tarefa ainda enfrentará muito tempo de embate e vigilância pela frente, até a desejada e, talvez, possível reversão total do quadro de desigualdade racial.



## 5. O docente na desconstrução do racismo histórico

A formação docente surge como ferramenta essencial para a reversão deste quadro historicamente adverso. Ela não fará milagres, mas é inegável o fato de que os sujeitos negros aprendizes não poderão aprender nada de positivo sobre seu pertencimento étnico-social e sobre si mesmos, como sujeitos de direito, se os sujeitos educadores que mediam esta aprendizagem, carregam consigo conceitos equivocados e preconceitos internalizados sobre as singularidades de seus educandos negros.

Mesmo acreditando-se bem-intencionados, eles inevitavelmente levarão até as crianças e adolescentes negros este olhar preconceituoso, das mais diferentes maneiras e nas mais diferentes situações.

Os docentes do mesmo pertencimento étnico racial destes alunos, ou seja, os professores e professoras negras, muitas vezes necessitam, por sua vez, desta formação, pois também trazem internalizados estigmas e preconceitos e sentem-se desconfortáveis em situações de conflito, incapazes de uma intervenção proativa que contribua para o enfrentamento eficaz dos problemas de racismo.

Na realidade, as situações de conflito em sala de aula, que suscitam questões raciais são, para a maioria dos professores, sejam eles pertencentes a qualquer grupo étnico, constrangedoras e geradoras de tensão.

Percebe-se que no ambiente escolar as situações de conflito que poderiam promover a interação, o conhecimento e o respeito às diferenças e às peculiaridades das diversas culturas ali presentes, não são bem aproveitadas pelo professor, que muitas vezes, veem na situação que se apresenta, algo constrangedor, gerador de tensão e não sabem como trabalhar adequadamente com a questão, se omitindo ou tratando isoladamente o fato. (BONI, 2007)

Segundo SANTOS(2007:72):

(...) dificuldade do professor em lidar com situações de conflitos em relação à questão racial, demonstrando que essas questões, se tratadas, são de forma pontuais, sem que haja uma prática pedagógica explícita que desautorize a discriminação racial no contexto escolar.

Não se pretende afirmar que seja tarefa fácil desconstruir no imaginário dos professores, que é pertencente ao imaginário coletivo da humanidade, os estereótipos e preconceitos já tão arraigados, mas aqui faz-se necessário lançar mão em primeira instância dos professores que, por uma razão ou por outra já trazem uma visão mais cuidadosa sobre a temática racial e buscam embasamento teórico e discussões práticas para melhor ministrarem

suas aulas. A eles deve ser facilitado o acesso à formação docente relativa à temática. Eles serão então multiplicadores entre seus pares.

Os cursos de formação vêm trazendo importantes dados sobre como estão configuradas as relações dos docentes com a diversidade étnico racial e como lidam com esta diversidade nas diferentes situações que se apresenta e na interação com seus alunos em sala de aula.

Assim, os muros da escola abrigam questões complexas sobre as diferenças e suas implicações, questões que se materializam, diuturnamente, na convivência dos sujeitos educandos com seus pares e educadores a maior parte das vezes materializando-se em conflitos que nenhum dos atores sabe bem traduzir e/ou conduzir.

Quando tais questões são explicitadas mesmo que não resolvidas, o simples fato de emergirem os conflitos já é mais salutar que o silêncio sobre eles:

Quando o assunto é colocado em pauta e causa incômodo parece-nos algo positivo, pois mexe com o que está velado, não explícito, amalgamado interiormente. Problema mais sério, acreditamos, é o silêncio e a indiferença que reforça nossas crenças preconceituosas enquanto indivíduos e educadores, que não nos permite a oportunidade de crescimento pessoal e profissional e nos leva consciente ou inconscientemente a prejudicar a capacidade intelectual e emocional de nossos alunos. (BONI, 2007)

A partir dessas situações iniciais que incomodam, o docente pode chegar a outro patamar do seu trabalho que é o da reflexão e, posteriormente, o da criação de novas situações de aprendizagem, que levem à construção de diferentes paradigmas identitários:

Um aspecto a ser trabalhado, que consideramos de especial relevância, diz respeito a se procurar, na escola, promover ocasiões que favoreçam a tomada de consciência da construção da identidade cultural de cada um de nós, docentes e gestores, relacionando-a aos processos socioculturais do contexto em que vivemos e à história de nosso país. O que temos constatado é a pouca consciência que, em geral, temos desses processos e do cruzamento de culturas neles presente. Tendemos a uma visão homogeneizadora e estereotipada de nós mesmos e de nossos alunos e alunas, em que a identidade cultural é muitas vezes vista como um dado, como algo que nos é impresso e que perdura ao longo de toda nossa vida. É fundamental desvelar essa realidade e favorecer uma visão dinâmica, contextualizada e plural das identidades culturais, articulando-se as dimensões pessoal e coletiva desses processos. Constitui, também, um exercício fundamental para nos tornarmos conscientes de nossos enraizamentos culturais, dos processos em que se misturam ou se silenciam determinados pertencimentos culturais, bem como sermos capazes de reconhecê-los, nomeá-los e trabalhá-los. (MOREIRA&CANDAU, 2007:26)

A discussão sobre a temática racial nas escolas, os fóruns de debates e os cursos de formação continuada, formam uma rede valiosa de oportunidades para a construção de uma visão mais crítica sobre a realidade brasileira, plena de desigualdade social e discriminação

racial. Espera-se que os educadores possam sentir-se melhor amparados por esta rede, para o enfrentamento desta realidade e melhor preparados para identificar, entre os muitos instrumentos pedagógicos, as marcas opressoras que perpetuam o racismo ou promovem a reflexão para a superação do mesmo.

## 6. O livro didático como instrumento transformador

O livro didático aparece como importante objeto de análise, que deve sofrer avaliação criteriosa do educador sobre seu conteúdo e sobre quais ideologias ele perpetua ou busca transformar:

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, muitas vezes o livro didático está impregnado de estereótipos e visões idealizadas de mundo e se o professor não percebe esses estereótipos e preconceitos, também não tem consciência do papel importantíssimo que exerce enquanto mediador no processo ideológico, reforçando a transmissão estereotipada e preconceituosa. O contrário também é verdadeiro, se bem utilizado, sob o olhar crítico e avaliativo dos educadores, pode, o livro didático transformar-se em aliado no processo de ensino: 'A mediação do professor pode transformar o livro didático e outros materiais pedagógicos em outros instrumentos poderosos de reflexão para o aluno' (GIROUX, 1983). O livro didático, que geralmente é o material mais utilizado por professores e alunos, pode ser transformado em grande aliado no processo de aquisição e construção de conhecimento, podendo, segundo Giroux, reproduzir também a resistência e a luta social. (BONI, 2007)

Sendo o livro didático o instrumento mais utilizado pela maioria dos educadores nas suas práticas pedagógicas, por estar sempre à mão para o professor e para o aluno, que, inclusive, recebe-o gratuitamente na rede de ensino pública, deve ser criteriosamente analisado, pois, todos os dias, nas aulas ministradas, podemos perpetuar ou decodificar preconceitos profundamente arraigados em nossa sociedade, através da maneira como apresentaremos o livro didático e discutiremos os seus pressupostos com nossos alunos.

O currículo escolar, englobando diferentes suportes e práticas pedagógicas, deve ter sempre em vista a ação política das instituições de ensino, seus propósitos enquanto instrumento de formação dos indivíduos, interna e socialmente, lembrando-se de que nenhum discurso é inócuo ou inofensivo.

## **7. Considerações finais:**

Os educadores devem estar adequadamente preparados para trabalhar com competência as diversas questões da diversidade no âmbito escolar e ajudar no descortino da verdadeira contribuição dos negros à construção da nação brasileira. Assumir esta responsabilidade implica assumir um compromisso sociocultural dentro e fora dos muros da escola.

Porém, em que pese avanços significativos, os professores ainda se encontram despreparados para analisar a questão étnico-racial de forma assertiva e livre, sem pendências para o ensino etnocêntrico e europeu. Cursos de formação continuada e discussões de grupo dentro das instituições escolares e outras iniciativas como estas são formas eficazes para auxiliar os agentes educacionais, notadamente o professor, a abrirem-se para novos olhares sobre saberes antigos e largamente consolidados e se posicionarem adequadamente frente a situações-problema, de racismo e discriminação e, assim, promoverem mudanças significativas e cada vez mais profundas na ressignificação do papel do negro em nossa sociedade.

A educação exerce um papel importante e relevante sobre a sociedade, sobretudo em relação àquela sociedade que se deseja criar, manter ou transformar. Constitui-se, assim, em uma das responsáveis por construir conhecimentos em uma das instâncias responsáveis, talvez a mais importante, por construir conhecimentos, disseminar informações, consolidar valores e perpetuar – ou não – condutas, trazendo, em seu bojo, um grande potencial de transformação social.

Por isso, a grande importância de não nos descuidarmos, de refletirmos continuamente sobre a intencionalidade dos processos pedagógicos e escolher aquele que melhor atenda a uma educação verdadeiramente igualitária para todos os segmentos sociais.

O presente estudo, longe de constituir-se em um trabalho acabado, é apenas e tão-somente um ponto de partida. Sabendo-se que as instituições de ensino e os demais níveis da educação formal, como um todo, estão entre as instituições sociais mais conservadoras e menos permeáveis a mudanças e sabendo-se, também, que as novas perspectivas de ensino e aprendizagem, que contemplam outros olhares e saberes além dos eurocênicos, reprodutores do discurso de classes historicamente dominantes, são muitos recentes na história brasileira, é de se esperar, ainda, muitas indagações, muitas reflexões, muitos avanços e recuos sobre a temática inter-racial.

É este o desejo e o intuito deste trabalho: contribuir para que estas reflexões otimizem, ainda que minimamente, avanços cada vez mais significativos na eliminação de toda e qualquer desigualdade.

“Diferença não significa, necessariamente, desigualdade”

(BONI, 2007)

## Referências Bibliográficas

BONI, Maria Regina. **Formação Docente para Diversidade Racial: uma experiência do CEFAPRO – SINOP/MT**. SINOP: 2007.

Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno /DF. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. 23001.000215/2002-96 CNE/CP 3/2004, aprovado em 10/03/2004. Proc.23001000215/2002-96

JACCOUD, Lucina de Barros. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: Ipea, 2002.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa e CANDAU, Vera Maria. **Salto para o Futuro, Indagações sobre o currículo do Ensino Fundamental, Boletim 17**, Brasília: Ministério da educação. Secretaria de Educação a Distância, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2000.

MUNANGA, Kabengele, Gomes, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006. – (Coleção para entender).

PEREIRA, Amauri Mendes. **História da educação do negro e outras histórias**. Escola: espaço privilegiado para construção da cultura de consciência negra. 2005.

SANTOS, Ângela Maria dos. In: MULLER, Maria Lucia Rodrigues e COSTA, Cândida Soares da (orgs). **Vozes e silêncio do Cotidiano escolar: as relações raciais entre alunos negros e não-negros**. Cuiabá: UFMT/IE, 2007. (Coleção Educação e Relações Raciais, 4).

BRASIL, **LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos currículos - Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GOMES, Nilma Lino (org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na Escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**, 1.ed. -- Brasília: MEC; Unesco, 2012.



# Anexos



Figura 1 -

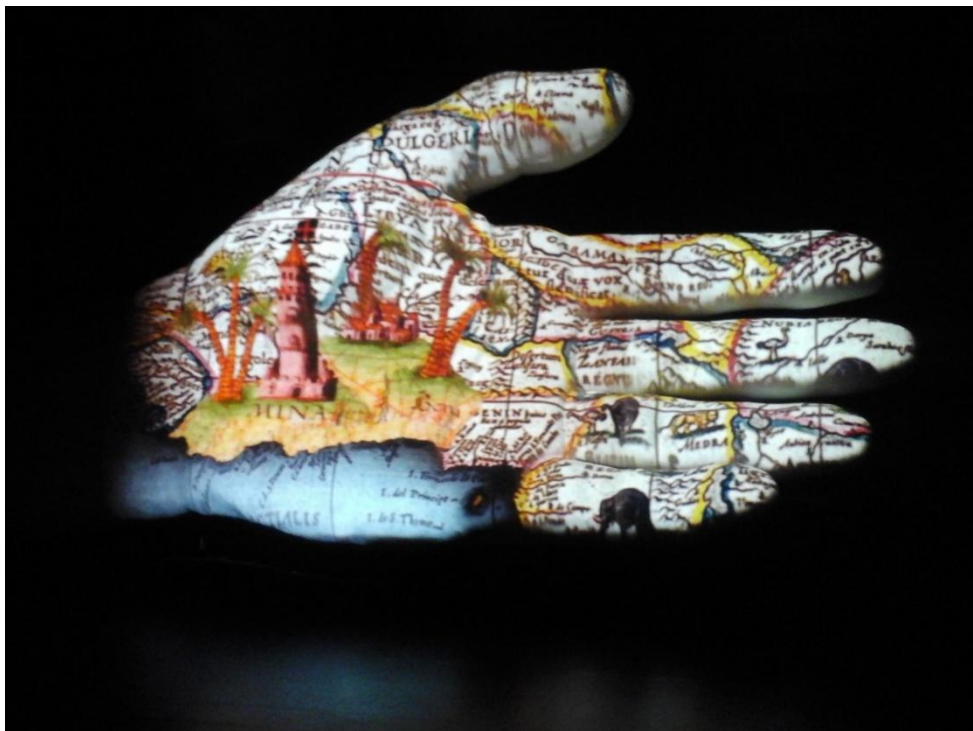


Figura 2 -



Figura 3 -



Figura 4 -